

**Praça das Águas: o “point dos venezuelanos”. Formas de apropriação do trabalho, em Boa Vista-RR, num contexto de imigração venezuelana<sup>1</sup>.**

**Madiana Rodrigues (UFRR/RR)<sup>2</sup>**

**Marisa Bezerra (UFRR/RR)<sup>3</sup>**

**Resumo:** As transformações no espaço urbano da Praça das Águas, localizada na cidade de Boa Vista, estado de Roraima, entre os anos 2018 e 2019, serve de fonte de inspiração para se pensar a apropriação do trabalho feita por Venezuelanos recém-imigrados. A partir da observação etnográfica e de entrevistas no local, analisamos os encontros e desencontros de imigrantes que viveram e ainda vivem ao tentar ocupar a praça como local de trabalho e de meio de subsistência. Argumenta-se que a praça (vista como lugar de livre acesso), apesar dos desígnios das normatizações, fornece possibilidades de exposição e confronto, tornando explícitas as divisões sociais capitalistas. Há um complexo e constante jogo tenso de disputa e negociação. Conclui-se que a presença dos venezuelanos trabalhando ora como ambulantes, como prestadores de serviços, ora como artistas ou até mesmo realizando trocas via escambo, caracteriza um comportamento oposto ao ideal do trabalho fiscalizador pretendido. De acordo com os representantes das instituições públicas e aqueles que realizam o controle dos comportamentos na praça, os venezuelanos agiam sempre no caminho da “desordem”. Do ponto de vista venezuelano, no entanto, eles se consideram “estrangeiros em busca de trabalho”. Assim, do ponto de vista nativo estar no país do outro, representa trabalhar e contribuir para a economia local.

**Palavras-chave:** antropologia urbana e do trabalho, usos e apropriações, conflitos.

## **I – Introdução**

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 32ª reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 6 de novembro de 2020. No GT 63 - Ofícios e profissões: memória social, identidades e construção de espaços de sociabilidade. Esta apresentação é parte da pesquisa de mestrado “Entre Usos e Conflitos: fragmentos de uma etnografia das formas de apropriação na Praça das Águas, Boa Vista-RR, em situação de crise venezuelana.” (BEZERRA, M. 2020), defendida em 20 de março de 2020, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRR e traz como foco a reflexão das formas de apropriação do trabalho pelos venezuelanos na praça.

<sup>2</sup> Antropóloga, Professora Adjunta (PPGANTS/UFRR).

<sup>3</sup> Diretora Teatral, Mestre em Antropologia Social, pelo PPGANTS/UFRR.

Como bem assinalou Lèvi-Strauss (1962), “enquanto as maneiras de ser ou de agir de certos homens forem problemas para outros, haverá lugar para uma reflexão sobre essas diferenças que, de forma sempre renovada, continuará a ser o domínio da antropologia” (1962:26). A presença dos venezuelanos na Praça das Águas intensificada pela recessão econômica e pelo colapso da forma de vida do país de origem possibilitou, a princípio com espanto, e depois, como obrigação do ofício de antropóloga, a realização de uma etnografia que se oferecia como testemunho dos problemas que surgiam desse encontro. O contato constante com a diferença se reconstituía num local privilegiado de observação antropológica – a praça. Os problemas surgem, sobretudo, pelo confronto com as representações negativas relacionadas às estratégias de sobrevivências dos imigrantes. A reflexão que convidamos os leitores a fazer terá como foco analítico o relato de situações etnografadas em campo e que condessam os elementos dos problemas e soluções encontradas pelos imigrantes via a procura de trabalho.

Podemos dizer que venezuelanos na cidade de Boa Vista sobrevivem num universo polarizado. É explicitada nas mídias televisivas e jornalísticas a divisão dos moradores da cidade quanto à presença venezuelana. Há os que concordam e os que discordam da entrada e, sobretudo, da permanência deles. Escolhemos um exemplo paradigmático e que envolve os dois lados da querela: a campanha para as eleições municipais realizada em outubro 2020. Alguns candidatos, tanto para o cargo de prefeito, quanto para o cargo de vereador, sem o subterfúgio de mensagens subliminares, deixam claro que buscam votos dos eleitores incomodados com a presença de imigrantes na cidade. Apostam (e apontam) na direção da intolerância. Do outro lado, brasileiros que concordam com a presença dos imigrantes. Enviam petições para provocar a manifestação do Ministério Público contra as imagens e mensagens veiculadas na campanha. No dia 14 de outubro de 2020, a Defensoria Pública da União encaminhou notícia de fato ao Procurador Regional Eleitoral para que os candidatos a prefeito de Boa Vista sejam investigados por ‘possível conteúdo xenofóbico’<sup>4</sup>.

Um dos casos refere-se ao candidato que em foto de campanha (figura 1) reproduzida com as cores da bandeira brasileira se apresenta com um dedo que nos aponta. Posição também conhecida como ‘dedo em riste’.

---

<sup>4</sup> Em reportagem do Jornal Roraima1, em 15/10/2020. Reportagem intitulada: Defensoria Pública da União quer que candidatos a prefeito de Boa Vista sejam investigados por ‘possível conteúdo xenofóbico’. <https://www.roraima1.com.br/2020/10/15/defensoria-publica-da-uniao-quer-que-candidatos-a-prefeito-de-boa-vista-sejam-investigados-por-possivel-conteudo-xenofobico/>. Acesso em: 24 out. 2020.



**Figura 1:** Peça de propaganda eleitoral do deputado federal Nicoletti, veiculada nas mídias digitais (Facebook, WhatsApp etc.).

A antropologia do gesto e do imaginário (BRETON 2012; DURAND 2007) nos apresenta alguns caminhos interpretativos. É um dedo que convoca, um dedo que denuncia, um dedo que acusa. Que tem um poder autoritário. Imagem que manipula uma convocação ideológica ou catequética: “na minha gestão municipal, venezuelano não terá privilégio”. No que concerne à temática da pesquisa, um dos privilégios anunciados pelo candidato diz respeito ao trabalho de ambulante. Nas palavras de Nicoletti: “Os privilégios são muitos. Entre eles, por exemplo, o acesso aos serviços públicos do nosso município e o trabalho informal, em que nossos ambulantes são perseguidos pela prefeitura e os venezuelanos podem trabalhar livremente<sup>5</sup>” (ZANINI,2020).

Introduzimos assim a complexa situação venezuelana na cidade para em seguida ajustar o foco em direção à praça. Ou seja, buscamos demonstrar as formas conceituais e concretas das relações entre venezuelanos e representantes do governo num espaço público<sup>6</sup> de livre acesso – a Praça – e tornar visível a articulação de ambos em suas configurações sociais complexas. O objetivo dessa comunicação é de discutir etnograficamente em escala reduzida o impacto do fenômeno da imigração venezuelana na procura por emprego e sustento de suas famílias na praça, tanto para os familiares que vieram para a cidade, quanto para envio de dinheiro para aqueles que ainda estão na Venezuela. Buscamos observar a pluralidade de agências que intervêm na prática

<sup>5</sup> Em entrevista ao Jornal Folha de São Paulo, 14 de outubro de 2020. Reportagem intitulada: “Candidatos a prefeito em Boa Vista usam retórica anti-venezuelanos em campanha”. <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/10/candidato-a-prefeito-em-boa-vista-promete-fim-de-privilegios-de-venezuelanos.shtml>. Acesso em: 24 out. 2020.

<sup>6</sup> Espaços públicos que são espaços limitados por regras de frequência, de horários e limites de uso.

econômica dos imigrantes e na relação com fluxos de dinheiro, de mercadorias e de pessoas. Trata-se por fim, de descrever parte das práticas econômicas observadas e as formas de relações encontradas.

## **II – A Praça das Águas, a presença venezuelana, os problemas.**

Franch e Queiroz (2010) afirmam que na segunda metade do século XIX, os espaços de livre acesso de Paris, como as praças e bulevares, apesar dos desígnios das normatizações, foram idealizados nos moldes reformadores, com o propósito de fornecer a população “um ambiente social estimulante” (FRANCH E QUEIROZ, 2010:24). A ideia era unir num mesmo espaço de convivência atores com diferentes rendas. A situação formulada por essa proposta, incentivando a convivência com diferentes no mesmo espaço público, fornecia possibilidades de exposição e confronto. Para as autoras, essa concepção tornava explícita a divisão sócio capitalista na praça. A presença de ricos e pobres, por si só já demonstravam articulações de exclusões incorporadas no novo ideal político.

A Praça das Águas (figura 2) é um reconhecido cartão postal da cidade. Entre os anos de 2013 a 2020, muitos recursos de revitalização foram investidos nela. É visto como local de orgulho pelos moradores. De acordo com Hatem a criação da praça foi inspirada em homenagem ao recurso hídrico amazônico. Além disso, a política de arranjo do espaço definiu como principais elementos do projeto “os monumentos, a acessibilidade e a contemplação” (HATEM apud OLIVEIRA, 2019 P.127). A praça possui em suas imediações um cinema, restaurantes, pizzarias, comércios variados, espaços para lazer, esportes e eventos diversificados que acontecem em praças vizinhas<sup>7</sup>, uma escola, um centro espírita, residências e bares. Um dos maiores atrativos da Praça são o portal do Milênio e as fontes luminosas acompanhadas de sonorização e sincronizadas com músicas clássicas instrumentais, equipamentos com tecnologia atualizada, *wi-fi*, pontos de energia e totens movidos por energia solar para recarga de celulares, que foram revitalizados e entregues aos boa-vistenses, no dia 14 de maio de 2016. A internet livre ocorre na praça desde o ano de 2014.

---

<sup>7</sup> Praça Velia Coutinho e Praça Fábio Marques Paracat.



**Figura 02: Praça das Águas – Vista Aérea (Foto: Renato Souza, 2019)**

No ano de 2019, período da pesquisa, alguns dos itens descritos acima não estavam mais em funcionamento. A divisão sócio capitalista na praça tomou rumos inesperados. Segundo entrevista com uma das gestoras da Praça:

“Você deve ter ouvido falar né? Hoje os frequentadores da praça já não têm mais confiança devido essa invasão de migrantes né? Por exemplo, lá próximo ao Portal do Milênio, tinha um ponto de energia. Hoje a gente se privou disso porque houve uma depredação. Ali tinha pontos. se você chegasse com seu celular descarregado, você tinha os pontos pra ir lá e carregar. Mas houve uma destruição, quebraram tudo. Pra gente evitar problemas para as pessoas que transitavam por lá, tivemos que tirar os pontos de energia de lá. Muita gente ia pra lá pra acessar o *wifi*, mas devido essa questão fomos obrigados a bloquear. Hoje diminuiu muito as pessoas que frequentavam a praça. Na praça de alimentação, tivemos muitos problemas com eles também, tivemos que chamar a guarda. Até as lixeiras pra ti ter uma ideia, foram destruídas. Hoje as pessoas que frequentavam a praça de alimentação não existem mais. Diminuiu muito também na praça da águas.

Inclusive eles atribuem a falta de vender porque não tem mais aquele movimento. Muito deles já fecharam seus quiosques. eles sobreviviam daqueles pontos. Mas com o afastamento das pessoas”.

Desde o primeiro contato os problemas relacionais com os imigrantes é ponto que chama a atenção. Outros entraves mais sutis também fazem parte das dificuldades enfrentadas por eles na busca por trabalho. Um deles diz respeito à dificuldade de deslocamento na cidade.

O custo do transporte público é um peso financeiro de grande monta para qualquer trabalhador no Brasil, sobretudo para aqueles que não possuem auxílio formal equiparado ao vale-transporte. Somados a isso a cidade de Boa Vista tem um serviço precário de transporte urbano feito em sua maioria por táxis lotação<sup>8</sup>. Ônibus é um veículo raro com horário de funcionamento restrito entre as 6h da manhã e a 23h00min da noite<sup>9</sup>. Uma das possibilidades de locomoção encontrada pelos trabalhadores venezuelanos e brasileiros de baixa renda é o uso de bicicletas.

Bicicletas, para fins da nossa análise, também servem como exemplo de formas relacionais coercitivas que objetivam o afastamento dos imigrantes da praça.

Na Praça este é um dos itens que sofre de regulação formal pelos órgãos do município. A circulação de bicicletas no interior do espaço da praça é proibida. Na fala de uma das fiscais da EMHUR<sup>10</sup>, “*Bike aqui, somente nas duas faixas de passagens de ciclistas que ficam ali por trás dos bancos, tá vendo?*” Com relação a esse aspecto ela assinala que sua principal função é de organizar o fluxo de pessoas e de ciclistas no espaço. Do ponto de vista da fiscal e do órgão que ela representa trata-se de uma ação preventiva, com prerrogativas de proteção e cuidado para com as crianças e seus cuidadores ou acompanhantes, diante de eventuais acidentes. A guarda municipal é acionada pelos fiscais quando há caso de algum problema mais sério com frequentadores, que possa de alguma forma comprometer suas integridades físicas.

Destacamos a seguir um registro do diário de campo no qual uma fiscal aponta na direção de bicicletas estacionadas em local proibido:

“Quando chegamos, percebi que se tratava de cinco bicicletas que aparentavam bastante uso. Elas estavam estacionadas e presas com corrente e

---

<sup>8</sup> O horário de funcionamento dos táxi-lotação durante a semana é das 6h as 20h e aos finais de semana das 8h as 14h.

<sup>9</sup> Algumas linhas de ônibus deixam de circular no Final de semana.

<sup>10</sup> EMHUR: Empresa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional. Órgão fiscalizador da Prefeitura Municipal de Boa Vista responsável pelo desenvolvimento urbano da cidade.

cadeado na parte de trás da estrutura de madeira do banco. Ou seja, estavam estacionadas na faixa de circulação das bicicletas e não podiam estar ali porque, segundo a fiscal, estavam atrapalhando o trânsito de ciclistas. (...) “Olha eu já avisei, já disse que é proibido, depois não quero saber de choro”; olha para o relógio no pulso: “dei cinco minutos pra eles saírem daqui”. “Ele disse que foi procurar o outro dono que tá com a chave do cadeado, rum, sei”. (...) Nesse ínterim, vi um rapaz de aproximadamente vinte e cinco anos, alto e magro se aproximando da fiscal com quem eu estava conversando. Era um dos donos das bicicletas. Aproximei-me. Ele pediu mais um tempo, pois não havia encontrado a pessoa que estava com a chave. Pelo sotaque, português misturado com o espanhol, vi que era um migrante venezuelano. A fiscal por sua vez, ainda nervosa, e ainda sacudindo o corpo, disse ao rapaz que não iria mais esperar. “Vocês vão ficar sem as *bikes*”, disse ela. (...) Logo em seguida chegou um carro com carroceria da Guarda Municipal e estacionou em frente às bicicletas. Quase que no mesmo momento os donos das bicicletas também chegaram com a respiração ofegante, e o rapaz com uma pequena chave foi em direção ao banco decidido a abrir o cadeado. Mas quando viu os policiais, hesitou e não abriu. A presença do carro de polícia chamou atenção, e de repente juntou um grande número de pessoas em volta do local. (...) Enquanto isso os policiais desceram do carro. Eram três homens de grande porte físico, com fardamento azul escuro, armados com fuzil, revólver, cassetetes de borracha e algema, além do uso de rádios para comunicação. Foram em direção às bicicletas. Quando viram que o cadeado ainda estava lá, pararam, olharam em volta, e um deles perguntou quem eram os donos. (...) De um lado os policiais e fiscais se olhavam e em seguida fitavam o grupo com olhares hostis, e por outro, os supostos donos das bicicletas apresentavam aflição ao se olharem. E por outro, as pessoas que estavam em volta do evento trocavam olhares entre si, alguns projetavam um ar de curiosidade, outros emitiam sorrisos discretos, e outros comentavam baixinho: “é tudo venezuelano”. (...) De fato, todos eram venezuelanos. O grupo era composto por dois homens, três mulheres e três crianças, sendo uma criança ainda de colo, e as outras tinham cerca de quatro e sete anos. Um dos venezuelanos que aparentava ser o mais velho passou à frente do rapaz que estava com a chave, e argumentou para os policiais que estavam ali passeando porque foram encontrar amigos que **trabalhavam** na praça, e não tinham onde estacionar as bicicletas. Porém, o argumento foi em vão. Um dos policiais, com um cassetete em punho, ordenou que abrissem o cadeado, para que pudessem recolher as bicicletas. O homem que aparentava ser o mais velho segurou o braço do rapaz como sinal para não abrir. Nesse instante, as mulheres já em visível estado de grande nervosismo, uma delas chorando pediu: “queremos uma chance” “estamos com niños, moramos longe”, outra mulher se mostrou bastante furiosa com a situação, partiu em direção a um dos policiais e disse “não somos pessoas más”. Mas foi contida por membros do grupo. Outro guarda segurando um fuzil encarou o homem mais velho e disse: “Abre essa porra se não te prendo agora seu merda”. Com mãos trêmulas, o rapaz abriu o cadeado. Imediatamente, os policiais, sem hesitarem, jogaram as bicicletas na carroceria do carro. O jogo de ações do evento provocou reações na platéia. Algumas pessoas se manifestaram demonstrando pena do grupo, enquanto que outras sorriam e aplaudiam. Mesmo com as bicicletas já recolhidas, duas mulheres do grupo imploravam “Senhor temos niños” “**somos trabalhadores**”. (...) Um dos policiais disse: “Nós não podemos fazer nada, se o chefe dos fiscais liberar a gente até deixa as bicicletas, nossa função é proteger a integridade física dos fiscais”. Os fiscais que estavam um do lado do outro com braços cruzados, calados estavam, calados permaneceram. Então, os guardas disseram que se eles tivessem as notas fiscais das bicicletas poderiam ir ao depósito da EMHUR para retirarem. (...) arrisquei e tentei conversar com um deles sobre o ocorrido, mas eles estavam muito mais interessados em sair dali. “Moça, **somos trabalhadores**” e foram em direção ao terminal de ônibus que fica a poucos metros da praça. (...) Perto de uma fiscal disse: “Pois é, eles não tiveram chance mesmo né? Acabaram levando

as *bikes*”. “Pois é, eu avisei, não providenciaram logo, então não pude fazer mais nada”. Argumentei: mas um guarda disse que se o chefe dos fiscais voltasse atrás, poderia ter impedido a apreensão das *Bikes*. “Ah, fala com ela ali, ela é a chefe”. (...) Comentei sobre o ocorrido e ela disse que como chefe dos fiscais tinha sido “dura” porque os venezuelanos não atendem as regras da praça. Mas eles conseguem reaver as bicicletas com facilidade? Perguntei. “Se tiver como provar que é deles, basta mostrar a nota”. Mas, se eles tiverem comprado uma *bike* usada sem nota, sem recibo, eles perdem? “Sim”.

Ao trazermos o teor acima para a trama instaurada na praça, a instabilidade ou assimetria do poder revela as articulações voltadas para uma imagem dos venezuelanos que os insere na condição de inferioridade social. Com efeito, a ação coercitiva aliada às articulações com fins de afastamento dos venezuelanos da praça, alcançou a diminuição de suas presenças por lá. No entanto, o fato da trama ocorrer num espaço público de livre acesso, permitiu para alguns venezuelanos uma forma de resistência. Ou seja, há uma relação de forças para aqueles que resistiram permanecer ali para atingir seus objetivos, entre eles a prática comercial.

Com isso, lutam por conquistar além do sustento financeiro seu e de seus familiares, uma imagem de pessoas trabalhadoras e, portanto, honestas. O estímulo está na busca por soluções relativas à prática efetiva de vendas, e encontraram a praça como uma boa opção, por ser um espaço público, central, turístico e com maior fluxo de pessoas. Nesta apresentação destacamos a presença de um grupo de trabalhadores venezuelanos, que operam e dinamizam o setor econômico da praça, e por consequência do município. Eles oferecem prestação de serviços ao comercializar produtos diversos que atendem variados interesses de frequentadores, sem que os mesmos tenham que se deslocar da praça<sup>11</sup>. Analisamos esse fenômeno como um processo, sobretudo, focado na contramão da estigmatização.

---

<sup>11</sup> Antes da revitalização, no estacionamento da praça havia vários quiosques que vendiam alimentação, água mineral, sucos entre outros. No entanto com a revitalização, todos os quiosques foram retirados. Segundo informações obtidas de um fiscal, a ideia da prefeitura era limpar o visual da praça, para tornar mais atrativo aos olhos dos visitantes e facilitar o estacionamento. Os quiosques foram transferidos para outra área do complexo.



### III – O “point dos venezuelanos”

De fato, a praça é o “point dos venezuelanos”. A denominação deste subtítulo é uma categoria de autoria de Fernando, funcionário público, 53 anos. Fernando faz parte do grupo de simpatizantes à presença dos venezuelanos na praça.

Um dos trabalhos oferecidos pelos venezuelanos era direcionado para o entretenimento das crianças. Presença garantida na praça. Trata-se de bonecos caracterizados como personagens de desenhos animados e jogos eletrônicos.

Igual aos vendedores ambulantes, eles tinham que se manter em movimento constante na praça. Tal característica fazia com que as crianças operassem um processo interativo praticamente em todo o espaço. Elas apontavam para os bonecos, corriam atrás deles, chamavam pelos nomes fictícios, se aproximavam, beijavam e davam várias voltas em torno de seus corpos fazendo com que os personagens seguissem com os mesmos movimentos. Assim, demonstravam preferências por alguns personagens. Em outros momentos apesar de se deslocarem em direção a eles, quando chegavam perto manifestavam temor e recuavam. Às vezes seguravam nas mãos dos bonecos e circulavam pelo espaço repetindo gestos e ações corporais dos mesmos. Considerando que para Schechner, performar, na vida cotidiana, “é ser exibido ao extremo, sublinhando uma ação para aqueles que assistem” (SCHECHNER, 2003:25), digamos que juntos, (crianças e bonecos) promoviam diariamente jogos corporais performáticos na praça, que tinham como pano de fundo para os bonecos, o interesse comercial. Mas qual era a estratégia para ganhar por este serviço? Melhor dizendo, os bonecos cobravam o valor de dois reais se caso as crianças ou adultos optassem em tirar fotos com eles. Desta forma, quando as crianças pediam para fotografar, provavelmente algumas descobriam que a relação interativa estabelecia o cumprimento de regras comerciais, pois deveriam pagar pela foto.

Nesse caso, as crianças intermediavam as negociações do pagamento entre seus cuidadores e os bonecos. Na maioria das vezes, após serem fotografadas, as crianças conseguiam angariar o valor solicitado pelos personagens. Quando não, pagavam a metade do valor, ou até mesmo não pagavam nada. Nesse caso, os cuidadores se afastavam com as crianças por julgarem que a performance com os bonecos não significava uma forma diferenciada de trabalho, e nem ao menos entendiam as performances como um trabalho informal. Alguns cuidadores diziam que os bonecos

estavam ali “para divertir as crianças” (sic) e a “ajuda” (sic), portanto, não seria uma obrigatoriedade.

Sobre esse aspecto, em especial, acrescentamos que o serviço de entretenimento oferecido pelos venezuelanos também não era compreendido por muitos cuidadores como uma prática de trabalho, porque os colocavam numa condição de pedinte. Para alguns cuidadores, a condição de pedinte implica em dar ou não dar alguma ‘ajuda’. Ou seja, nos faz pensar em quais lógicas os bonecos eram vistos, ora como trabalhadores, ora como pedintes. Em vários enlances essa situação se instalou na praça.

No entanto, é preciso dizer que os venezuelanos procuravam manter o rumo da conversa pontuado pelo bom humor. Sim, os venezuelanos sempre demonstravam simpatia e bom humor na praça. Salientamos também que o estreitar de laços com este grupo de frequentadores da praça intercorreu, sobretudo com os vendedores ambulantes. Provavelmente, por estarem na praça diariamente. O grupo de bonecos era mais frequente nos finais de semana.

Ao chegarem à Boa Vista com pouco recurso financeiro, a saída, segundo eles, foi apostar em vendas de produtos com baixo custo de produção. Entre as guloseimas oferecidas aos frequentadores, há um aspecto interessante. Digamos que os ambulantes trataram de contemplar produtos das culinárias venezuelana e brasileira. Exemplo disso: arepas, cascalho, queijos artesanais, dindim, doses de café, bolos, doces de chocolate, entre outros. Há casos em que a família inteira se mobiliza na produção e vendas. Enquanto uma parte atua na Praça das Águas e seu entorno, a outra atua circulando por todo o Complexo.

Os valores dos produtos, incluindo não só alimentação, mas os brinquedos variavam entre cinquenta centavos e dez reais. O faturamento era incerto, dependia do movimento e disposição não apenas financeira dos consumidores, mas pelo fato da rejeição à presença dos venezuelanos, nem todos os brasileiros se propunham a comprar.

Para uma parcela de frequentadores brasileiros, não estabelecer relações comerciais com os ambulantes representava “não alimentar a presença desses venezuelanos aqui” (sic). Desse modo, quando as vendas eram consideradas boas, de acordo com o valor dos produtos, o faturamento variava entre quatrocentos e oitocentos reais por mês.

Mesmo com a resistência em criar laços comerciais com venezuelanos. Ainda assim, os brasileiros eram seus consumidores em potencial, principalmente dos produtos

endereçados às crianças. Os produtos alimentícios eram consumidos com mais frequência pelos próprios venezuelanos. As transações comerciais ocorriam na maioria das vezes entre os próprios venezuelanos. Não só por aqueles que usavam a praça em busca de entretenimento, passeio entre outros, mas entre os vendedores ambulantes. Estes consumiam muitas doses de café, pois, segundo eles, precisavam estar atentos e dispostos. Com efeito, os migrantes construíram uma espécie de suporte econômico entre si.

Com o passar do tempo, a presença dos brasileiros foi diminuindo consideravelmente a cada dia devido aos conflitos já discutidos acima. Com certa regularidade dos ambulantes afirmavam que: “a praça tá cada vez mais fraquinha”.

No que concerne às determinações normativas para que permanecessem circulando no espaço, eles não reclamavam por acharem que deviam seguir a regras. Para eles, o importante era vender, “se a lei é esta, tem que respeitar”, diziam. De maneira periódica, os ambulantes sinalizavam durante as conversas que não condenavam as ações normatizadoras dos fiscais e assemelhados. No entanto, procuravam resguardar suas imagens. Ou seja, reconheciam que determinados tipos de comportamentos de venezuelanos na praça não condiziam com seus valores, e por isso se consideravam diferentes de certos compatriotas.

Neste aspecto, é importante salientar sobre a reflexão que os ambulantes faziam sobre os valores morais entre si. Eles atribuíam aos “venezuelanos que não têm bom comportamento” (sic), a culpa pela considerada redução da frequência de brasileiros na praça. Conforme podemos constatar com a narrativa de Pedro, venezuelano, 30 anos, vendedor ambulante há dois anos. Ele faz parte do grupo familiar que vendia algodão doce na praça. Numa roda de conversa, ele manifestou seu pensamento a respeito das experiências vividas diariamente com o aval dos parceiros.

Por um lado, Pedro afirmava a adequação do grupo relacionada às regras na praça, e por outro lado, eles reprovavam determinados comportamentos de venezuelanos:

“Quando eu cheguei aqui, os brasileiros vinham muito mais aqui. Então, aconteceu que começou a chegar muito mais venezuelano. Então os venezuelanos tinham a praça como sua casa. As coisas que eles não conseguem de outro modo, a comunicação com suas famílias, eles vinham aqui pegar o *wifi*. Com a situação da Venezuela, aqui tinha muitas pessoas com baixo nível de se comportar, eles ficavam bêbados por aqui, ouvindo som muito alto, então o brasileiro começou não gostar das coisas que faziam os venezuelanos. Então os brasileiros deixaram de vir por isso e a venda ficou fraca. Mas agora eles tão chegando de novo, por que a prefeitura tem jeito para os venezuelanos não ter mau comportamento. Acho que todas essas

coisas que a prefeitura está fazendo tá sendo bom pra que o brasileiro volte pra praça, porque a gente tem que conviver com brasileiro. A nossa chegada aqui está trazendo muita coisa boa pra Boa Vista. Acho que os mercados, o comércio, os aluguel, estão ganhando as pessoas que têm imóveis pra alugar. O importante é trabalhar. Estamos em outro país, temos que adaptar. Não fazemos delito aqui. Os brasileiros são desconfiados com os venezuelanos aqui na praça. Não queremos que faltem respeito com nós venezuelanos, queremos **trabalhar**, precisamos comer. A praça é pública”. (grifos nossos).

Dessa maneira, a narrativa de Pedro explicita que ao se adaptarem às normas na praça buscam estratégias relacionais para desfazer a imagem estigmatizada. Se por um lado procuram se adequar as normas impostas, inclusive apoiando as ações fiscalizadoras, por outro, percebiam de acordo com a fala de Pedro, que o esforço se esbarrava com as ações de desviantes no espaço. Ou seja, esse trecho se refere aos grupos de venezuelanos que agiam em desacordo às suas noções morais de comportamento. E com isso interferiam diretamente no resultado das vendas. Visto que, vender era uma motivação preponderante para as suas permanências na praça.

Diante dessa forma de conflito entre pares de mesma nacionalidade é possível perceber que a noção de desvio, nesse caso, também se apresenta de forma relacional. Conforme Velho (1974):

“Não existem desviantes em si mesmos, mas sim uma relação entre atores que acusam outros atores de estarem consciente ou inconscientemente quebrando, com seu comportamento, limites e valores de determinada situação sociocultural. Trata-se, portanto, de um confronto entre acusadores e acusados. O comportamento desviante não é uma questão de inadaptação cultural, mas um problema político, vinculado a uma problemática de identidade. Os grupos sociais criam o desvio ao estabelecer regras cuja infração constitui desvio e ao aplicá-las a pessoas particulares, marcando-as como *Outsiders*. Sob tal ponto de vista, o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa faz, mas sim a consequência da aplicação por outrem de regras e sanções ao transgressor.” (VELHO, 1974:23, 24).

A análise de Velho é fundamentada nos trabalhos teóricos de Becker a respeito da sociologia do desvio e na antropologia de Geertz (1973) em que a sociedade em termos humanos, implica a existência de uma linguagem de símbolos e significados mais elaborada. Assim, para Velho os comportamentos divergentes e contraditórios em qualquer cultura produzem uma contínua margem de manobra, constituída de possibilidades de abalo ou desconstrução de determinada ordem ou equilíbrio social.

Posto isto, tratar outro grupo como “pessoas de baixo nível de se comportar” (sic), incide em mais uma forma de conflito na praça, vinculada à identidade de trabalhador e idealizada pela superioridade social que qualifica o outro ‘desocupado’, como desviante. Os ambulantes reivindicavam o direito de se apropriarem da praça

motivados pela necessidade da prática do comércio, mas ao mesmo tempo, faziam restrições com a presença de venezuelanos que não correspondiam com suas expectativas sobre o que seria um modelo de bom comportamento.

Desse modo, o conflito se mostrou latente entre grupos de migrantes. Pois a trama evidencia, de acordo com a narrativa de Pedro, que certos homens, mesmo de mesma nacionalidade e vivenciando a imigração, são problemas para outros imigrantes. Nesse aspecto, é acionada a identidade de trabalhador para se ter o direito de existir e permanecer na famosa e rendável Praça das Águas.

### **Considerações Finais**

Partimos de uma visão compreensiva para entender os problemas mútuos encontrados no contato entre os venezuelanos e os representantes governamentais na praça e fomos surpreendidas com problemas encontrados entre venezuelanos e venezuelanos. Chegamos à conclusão de que a categoria trabalho coloca em um lugar especial determinados venezuelanos em detrimento de outros, por exemplo, que vão para praça para beber, ouvir som alto, relaxar e se divertir. Se apropriando assim do espaço de outra forma. A categoria trabalho e a identidade de trabalhador que apela por direitos diferenciados manifestam-se como uma estratégia de sobrevivência concreta, mas também emocional por se apresentar como um projeto para a vida. Apresentam renovadas formas de organização da vida no país vizinho. Estratégia similar oferecida por outros trabalhadores formais que perdem direitos, como no caso dos trabalhadores da antiga empresa aérea VARIG, sobretudo no que concerne “à construção de suas identidades, formas de sociabilidade, sua orientação em face ao Estado e às empresas, assim como, às novas formas de organização do trabalhador na conquista de seus projetos de vida” (RODRIGUES, 2019:132). Chegamos também à conclusão de que o trabalho fiscalizador e regulador na Praça das Águas realizado por agentes do governo na relação com os imigrantes tende a se manter como um registro normativo negativo. Ou seja, trata negativamente a presença e mesmo o trabalho realizado por eles. Este comportamento é provavelmente justificado pela suposta ausência ou marginalidade das relações salariais, das leis e do Estado para com eles. Registro normativo negativo também impregnado das ideias de (in)formalidade e (i)legalidade.

O grupo de vendedores ambulantes rejeita a denominação de refugiados. Eles se consideram “**estrangeiros em busca de trabalho**” (sic). Assim, estar no país do outro,

simboliza trabalhar e contribuir para a economia local. Eles afirmam que são trabalhadores, e como tais, apesar de vivenciarem situações xenófobas, não se consideram pivôs de confronto na praça. **“Somos trabalhadores, não somos bandidos”**. **“A praça é pública, precisamos trabalhar”**. O trabalho enquanto necessidade de sobrevivência perpassava pelas narrativas de todas as conversas. Apesar de possuírem habilidades profissionais em várias áreas, não conseguiram colocações no mercado de trabalho formal em Roraima. Em decorrência, a praça se tornou um lugar estratégico com possibilidades de trabalho e renda.

Importante ainda chamar atenção de que apesar dos venezuelanos cumprirem com os procedimentos legais concernentes ao processo de imigração convivem num universo onde são visibilizados como pessoas ilegais, no sentido de que não deveriam estar lá. Uma espécie de forma coletiva de agonia da qual os venezuelanos (trabalhadores ou não), não conseguem se esquivar.

#### **REFERÊNCIAS:**

- DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**. São Paulo: Martins Fontes 1997.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio: Zahar, 1978.
- LE BRETON, David. **Antropologia do corpo e modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- FRANCH, Mônica, QUEIROZ, Tereza. **Da Casa à Praça: um estudo da revitalização de praças em João Pessoa**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. A crise moderna da antropologia. **Revista de Antropologia**, v. 10, n. 1-2, p. 19-26, 1962.
- OLIVEIRA, Sued Trajano de. **Urbanidade de Espaços Públicos: Complexo Poliesportivo Ayrton Senna da Silva**, Cidade de Boa Vista-RR. 2019. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, Roraima, 2019.
- RODRIGUES, Madhiana Valéria Almeida. Memórias, disputas de sentido e transformações sociais: as estratégias e as trajetórias dos ex-trabalhadores da VARIG dez anos após sua venda. *Amazonica - Revista de Antropologia*, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 129-162, jul. 2019. ISSN 2176-0675. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/6679>>. Acesso em: 26 out. 2020. Doi:<http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v11i1.6679>.

SCHECHNER, Richard. O que é performance? **O Percevejo: Estudos da performance**, Rio de Janeiro, UNIRIO, Ano 11, n. 12. 2003.

ZANINI, Fábio. Candidatos a prefeito em Boa Vista usam retórica anti-venezuelanos em campanha. Jornal Folha de São Paulo, 14 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/10/candidato-a-prefeito-em-boa-vista-promete-fim-de-privilegios-de-venezuelanos.shtml>>. Acesso em: 24 out. 2020.